

Obra e seus leitores: apontamentos sobre a primeira edição de *Os Donos do Poder*

*Paulo Henrique Rigolin de Moraes*¹

Resumo: articulando aspectos da relação entre a obra e seus leitores, este texto busca analisar a forma pela qual a primeira edição (publicada em 1958) do ensaio “Os donos poder”, de Raymundo Faoro, foi recebido por críticos literários e cientistas sociais. Num contexto em que o Estado era tido como um importante indutor de mudanças sociais e os instrumentos teóricos utilizados pelo autor ainda causavam certa estranheza, esta primeira versão não foi recebida com o mesmo entusiasmo que a edição definitiva do texto de 1975. Nesse sentido, olhar para os leitores da primeira edição do texto ajuda a compreender parte dos processos que resultaram na consolidação de um texto clássico do pensamento social brasileiro e, através desse caso específico, ajuda a deslindar relações entre as ideias e seu tempo histórico.

Palavras-chave: Raymundo Faoro. Os Donos do Poder. Patrimonialismo. Estado. Crítica.

A Text and its readership: research notes on *Os Donos do Poder first edition*

Abstract: this article delves into aspects of the relationship between a work and its readers – by analyzing how the first edition of the essay “Os donos do poder” (published in 1958) by Raymundo Faoro was received by literary critics and social scientists. In a context where the State was considered an important driver of social change and Faoro’s unconventional theoretical framework initially met some strangeness, this first version was not received with the same enthusiasm as the definitive edition of the text

¹ É doutor em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo e bacharel em Ciências Sociais pela Unicamp. Desenvolveu pesquisas na área de Teoria e Pensamento Sociológico. E-mail para contato: paulorigolin@gmail.com.

Recebido em: 22/08/2023 - Aceito em: 01/07/2024

from 1975. By examining the responses of the initial readership, this analysis sheds light on factors that contributed to the eventual consolidation of “Os donos do Poder” as a cornerstone of Brazilian social thinking. Through this specific case study, the text unravels the intricate interplay between ideas and their historical context.

Keywords: Raymundo Faoro. Os Donos do Poder. Patrimonialism. State. Criticism.

Obra y sus lectores: notas de investigación sobre la primera edición de Os Donos do Poder

Resumen: Este artículo profundiza en aspectos de la relación entre una obra y sus lectores, analizando cómo fue recibida la primera edición del ensayo “Os donos do poder” (publicada en 1958) de Raymundo Faoro por críticos literarios y científicos sociales. En un contexto en el que el Estado era considerado un importante motor de cambio social y el marco teórico poco convencional de Faoro inicialmente generó cierta extrañeza, esta primera versión no fue recibida con el mismo entusiasmo que la edición definitiva del texto de 1975. Al examinar las respuestas de los primeros lectores, este análisis arroja luz sobre los factores que contribuyeron a la eventual consolidación de “Os donos do Poder” como pilar fundamental del pensamiento social brasileño. A través de este estudio de caso específico, el texto desentraña la intrincada interacción entre las ideas y su contexto histórico.

Palabras clave: Raymundo Faoro. Os Donos do Poder. Patrimonialismo. Estado. Crítica.

Introdução

A construção dos cânones disciplinares se dá segundo critérios socialmente construídos de valorização e distinção que são – no limite – arbitrários. A afirmação de uma obra nas livrarias, pela crítica e na História do pensamento acontece segundo dinâmicas diversas e não lineares. Estes processos não são, contudo, aleatórios. São, antes, desenvolvimentos históricos orientados segundo as normas internas do campo disciplinar, articulando autores, obras e leitores.

Com estes pressupostos em vista, este texto busca colocar luz sobre aspectos pouco conhecidos dos processos de circulação de um clássico do pensamento social brasileiro: a análise de Raymundo Faoro sobre **Os Donos do Poder**.

O ensaio possui duas versões – a primeira delas publicada em 1958, a segunda em 1975. A segunda edição revista amplia muito o volume do texto original (passa-se de 271 páginas para mais de 700)². Sobre as mudanças no texto, o autor sustenta – no curto **Prefácio à segunda edição** – que,

a tese deste ensaio é a mesma de 1958, íntegra nas linhas fundamentais [...]. A forma, todavia, está quase totalmente refundida, outra a disposição dos assuntos, adequado o estilo às minhas exigências atuais. Houve o acréscimo de dois capítulos e a adição de inúmeras notas [...] para orientar o leitor acerca das fontes do trabalho (2021, p. 23, grifo nosso).

O problema central do texto – que o autor adequadamente aponta estar mantido nas duas versões – está em compreender como se deu ao longo da História a reprodução do domínio de uma formação social específica, o estamento-patrimonial³. Trata-se de explicar, enfim, a forma pela qual

a estrutura de poder patrimonialista estamental plasmada historicamente pelo Estado português, posteriormente congelada, transplantada para a colônia americana, reforçada pela transmigração da Corte lusa no início do século XIX e transformada em padrão a partir do qual se organizaram a Independência, o Império e a República no Brasil (CAMPANTE, 2003, p. 153).

Esta edição expandida (e definitiva) do texto alcançou números editoriais que impressionam: somadas as apresentações divididas em dois volumes (a partir de 1975) e aquelas em volume único (de 2000 em diante) são vinte e oito tiragens de reimpressão.

² Sobre as diferenças entre as versões do texto, ver (FERREIRA e RICUPERO, 2008).

³ Inicialmente, de caráter aristocrático e, posteriormente, burocrático.

Nos estudos que têm como objeto a análise histórica sobre o Estado brasileiro, o livro se tornou “uma referência obrigatória a partir dos anos 70” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 208).

Contrasta com essa posição alcançada pelo texto definitivo, a noção de que a primeira versão do ensaio seja um “livro obscuro dos anos 50” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 208); que “passou quase despercebido do público” e que, além disso, “teria sido ignorado pela imprensa” (FARIA, 2021, p. 11). Essa ideia é reforçada pelo fato de que a edição de 1958 tem uma única tiragem de 4.000 cópias. Certamente, um número modesto no cotejo entre as duas versões do texto, mas cabe a ressalva de que ele é condizente com o momento da publicação: obras contemporâneas – de cientistas sociais que já eram bem estabelecidos – publicadas à época tiveram tiragens comparáveis à do ensaio de Faoro.

Tomando como objeto principal algumas leituras de primeira hora do ensaio de Faoro – tanto na imprensa quanto em textos científicos –, este artigo pretende matizar essa ideia de que o livro foi um volume esquecido nas estantes. Para tanto, foram realizadas pesquisas na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, na Seção de periódicos da Biblioteca Octavio Ianni (IFCH/Unicamp), nos acervos privados dos diários **O Estado de São Paulo** e **Folha de São Paulo** – para mapear a recepção do ensaio na imprensa no momento de sua publicação – e em anais de eventos científicos e periódicos acadêmicos do campo das Ciências Sociais, assim como em publicações acadêmicas com temáticas afins ao texto faoriano – com a intenção de verificar de que modo o texto foi debatido num contexto científico.

1.

Em análise motivada pela ocasião dos 50 anos da publicação da primeira edição de **Os Donos do Poder**, Gabriel Cohn introduz o texto afirmando que

para um exigente estudo histórico-sociológico publicado há meio século por obscuro advogado gaúcho

sem vínculos com a academia numa editora de Porto Alegre mais conhecida na área estritamente literária, ser reconhecido hoje como uma das grandes interpretações do Brasil no século XX não é coisa de somenos (2012, p. 1).

Mais impressionante que a trajetória da obra (cuja descrição acima adequadamente ressalta um percurso improvável) é a de seu autor. Nascido em uma família de agricultores em Vacaria (nordeste do Rio Grande do Sul), Raymundo Faoro alcançou postos e reconhecimento pouquíssimo esperados para sua origem social. Depois de concluir o bacharelado em Direito na Universidade do Rio Grande do Sul, mudou-se para o Rio de Janeiro. Exerceu a advocacia privada ao longo da década de 1950, até sua aprovação no concurso para a Procuradoria do Estado (em 1963), sendo servidor público até sua aposentadoria. Foi – entre 1969 e 1977 – membro do Conselho Federal de Cultura. Ocupou, também (por curto período de tempo), cadeira no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Entre 1977 e 1979, exerceu o mandato de presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Por sua produção, foi paulatinamente reconhecido como um intelectual de primeira grandeza. Na década de 1970, foi membro da banca examinadora de dois importantes trabalhos de livre-docência defendidos na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP: **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**, apresentado por Carlos Guilherme Mota em 1975, e **Crítica e Resignação: Max Weber e a Teoria Social**, defendido por Gabriel Cohn em 1977⁴. Na década seguinte, foi professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da mesma universidade. Por fim, em 2000, foi eleito para a Cadeira 6 da Academia Brasileira de Letras.

Em 1958, contudo, era ainda um jovem e “obscuro advogado gaúcho” morando na capital federal, “escritor da nova geração” (DEMENEZES, 1958, p. 37) lançando sua primeira obra por uma

⁴ Nas décadas seguintes, foi examinador – também – de Paulo Sérgio Pinheiro, de Marco Aurélio Nogueira e de Kátia Mendonça Barreto.

“editora respeitada, porém regional, fora dos círculos acadêmicos e distante do coração econômico e político do país” (FARIA, 2021, p. 11) Esta, a Editora Globo de Porto Alegre, era “a mais importante [editora brasileira] fora do eixo Rio-São Paulo” (MICELI, 1979, p. 124) naquele momento histórico. A capital gaúcha experienciava, aliás, uma cena intelectual bastante efervescente (cf. ALCÂNTARA, 2022)⁵. Ainda assim, a distância em relação ao centro político-econômico do país é obstáculo que não deve ser desprezado.

2.

Na imprensa, antes de sua chegada às livrarias o ensaio de Faoro fora anunciado algumas vezes em notas bastante breves: no diário carioca **O Jornal**⁶ e nas, também cariocas, revistas **Leitura**⁷ e **O observador econômico e financeiro**⁸. Lançado no ocaso de 1958, o livro passa a ser mencionado nos periódicos impressos no ano seguinte. Única referência ainda em 1958 ocorre no último domingo do ano: Saldanha Coelho – numa coluna que aponta as perspectivas para o ano seguinte “na vida literária” – menciona **Os donos do poder** numa longa lista de livros recebidos em sua editoria no **Diário Carioca**. No dia 18 de janeiro do ano seguinte, o lançamento do livro é destacado no mesmo jornal. Ainda nas listas de novas publicações, o livro aparece na edição de fevereiro da revista **Leitura**⁹ e na edição de junho da **Revista do Livro** – publicação do Instituto Nacional do Livro, órgão ligado ao Ministério da Educação e da Cultura. Por fim, em fevereiro

⁵ O Grupo Quixote, do qual Faoro é um dos fundadores, pode ser tomado como um exemplo dessa cena cultural porto-alegrense. Sobre a importância do coletivo, ver ZILBERMAN (1992);

⁶ Nas edições de 20/05/1958 e de 04/06/1958.

⁷ Na edição de abril de 1958 e na edição de agosto de 1958 – ambas as menções na coluna assinada por Eliezer Demenezes, intitulada *Notícias de Porto Alegre*.

⁸ Na edição de junho de 1958.

⁹ Novamente na coluna de Eliezer Demenezes.

de 1959, Astrojildo Pereira também menciona o lançamento do ensaio de Faoro em sua coluna no jornal do Partido Comunista Brasileiro – **Voz operária** –, apresentando-o como “obra de um jovem sociólogo e historiador, trabalho substancial de pesquisa e interpretação” (p. 4). No entanto, essas breves menções dizem pouco. Não faria sentido argumentar que o ensaio de Faoro tenha se sobressaído em meio às listas de novas publicações. Interessam, nesse sentido, discussões mais longas sobre o texto.

No primeiro domingo de 1959, o gaúcho **Diário de notícias** entrevistou autores e livreiros com o intuito de destacar os “fatos literários de maior repercussão do ano” anterior. O lançamento de **Os donos do poder** é citado por três dos entrevistados. Entre eles, Guilhermino Cesar afirma que “o livro de Raymundo Faoro, ‘Os donos do poder’, me parece uma das melhores coisas já pensada por estudiosos de assuntos brasileiros” (*Diário de Notícias*, 04/01/1959, p. 7). Uma semana depois, em 12 de janeiro, Walter Spalding assina uma apresentação repleta de elogios ao livro de Faoro no também gaúcho **Jornal do Dia**. Ainda em janeiro, no dia 18, o **Diário do Paraná** publica uma apresentação igualmente elogiosa do ensaio de Faoro, com a conclusão de que o “volume [está] destinado com toda a certeza a encontrar ressonância entre nossos estudiosos, não só pela riqueza das teses expostas, como pela atualidade dos problemas” (p. 9). Dois meses depois, o carioca **Correio da manhã** publica uma resenha também lisonjeira, mas mais cuidadosa em descrever – em linhas bastante gerais – as teses do livro. Os editores afirmam que

o maior dos males [da formação histórica do Brasil] reside no ‘estamento burocrático’ [...], herança da colônia da qual não conseguimos libertar-nos. O livro constitui uma análise da nossa vida política até os dias atuais, com certo matiz polêmico, mas sem ‘*parti-pris*’. Talvez de alguns fatos, o autor tire conclusões um pouco forçadas, mas em conjunto a obra se apresenta como um dos estudos mais sérios aparecidos ultimamente no Brasil (27/03/1959, p. 9).

Por fim, em fevereiro de 1959, o ensaio de Faoro aparece pela primeira vez naquele era o mais importante caderno cultural então publicado no país: o **Suplemento literário** do diário paulista **O Estado de São Paulo**. Idealizado por Antônio Cândido e então dirigido por Décio Prado, o suplemento gozava de autonomia orçamentária e editorial. Improvável “publicação não-jornalística, mas artística e literária inserida em um jornal, [...] o Suplemento Literário se dedicaria à crítica, à análise e à reflexão” (LORENZOTTI, 2007, p. 14-15). Tornou-se o “modelo de todos os cadernos culturais que o sucederam” (LORENZOTTI, 2007, p. 14).

Essa primeira menção ao texto de Faoro aparece na seção **Crônica de Porto Alegre** – assinada por Manoel Sarmiento Barata – que examina, em diversas áreas do saber, o trabalho editorial da Editora Globo. O ensaio é apontado como destaque recente “em matéria de história, escritos sociológicos e memórias”, enfatizando que sobre o autor “cumpre salientar que se trata de um escritor da nova geração, e nesse sentido a edição de seu livro pela Globo constitui exceção (que é, todavia, quase alentadora...)” (1959, p. 4).

3.

Também foram publicadas no **Suplemento literário** as críticas ao texto de **Os donos do Poder** que mais se destacam, por serem mais extensas e terem a pretensão de discutir as teses do ensaio com mais profundidade. A primeira delas de Wilson Martins, intitulada ‘A velha classe’ (em 25 de abril de 1959), e a outra de Guilhermino Cesar, que repete em seu título o nome do livro resenhado (em 23 de maio). Crítico respeitado, Martins publicou regularmente no Suplemento durante toda a existência do periódico (entre 1956 e 1974). No momento em que resenhou **Os donos do poder**, o crítico era professor de Língua e literatura francesa na Faculdade de Filosofia da Universidade [Federal] do Paraná (cargo em que permaneceu até 1962). Posteriormente, lecionou Literatura Brasileira na *New York University* (de 1965 até sua aposentadoria em 1991). A seu turno, César era o então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS). Foi, posteriormente,

professor de Literatura Brasileira na Universidade de Coimbra (de 1962 a 1965) e de Literatura Brasileira, História do Brasil e Estética na Universidade [Federal] do Rio Grande do Sul (de 1965 até sua aposentadoria em 1978).

“Extensa, bastante severa e até certo ponto injusta” (FARIA, 2021, p. 11-12) a resenha de Wilson Martins inicia com uma afirmação geral pouco simpática ao ensaio de Faoro. Diz ele que

a exata apreciação de seus pontos de vista [de Faoro] é um pouco dificultada pela falta de clareza, ideológica e de expressão, que, em conjunto, caracteriza seu livro. Realmente, o jovem ensaísta, cuja seriedade intelectual é das mais estimáveis, parece não haver estabelecido preliminarmente, com a nitidez indispensável, as grandes linhas de seu estudo (1959, p. 2, grifo nosso).

O mais notável problema conceitual estaria, segundo Martins, na delimitação do que seria o estamento burocrático – categoria que ele adequadamente identifica como aquela em que se ancora o estudo de Faoro. Em seu entender, o estamento burocrático é apresentado em termos negativos: diferencia-se do funcionalismo público, de uma classe dirigente e, também, de “uma espécie de *‘intelligentsia’*, tomando a palavra num sentido, ao mesmo tempo, amplo e incorreto” (MARTINS, 1959, p. 2). O crítico afirma, então, que não havendo uma caracterização que permita compreender conceitualmente o estamento burocrático, este se apresenta como uma dificuldade terminológica desnecessária.

Ele apresenta, na sequência, uma delimitação concreta do que seria o estamento burocrático, citando o próprio Faoro:

o estamento burocrático, por muitos séculos, assumiu a forma aristocrática, composta da nobreza togada e titulada. Com a vitória das ideias democráticas – vitória mais aparente que real - ele continuou a imperar sob outro molde, constituído de militares, bacharéis, médicos, enfim, altos funcionários públicos ou agentes do Estado em todos os poderes (FAORO, 1958, p. 263).

Sendo assim, sustenta o crítico, o estamento burocrático equipara-se à “velha classe”¹⁰. Seria uma “velha classe dirigente que, sob uma forma ou sob outra, preencheu, na história pública (e não simplesmente política) do Brasil, as funções materiais do Estado” (MARTINS, 1959, p. 2). Repõe, na sequência, a associação entre estamento burocrático e o alto funcionalismo, para dizer que

a ideia de estudar a sua formação, constituição e predomínio nada tem de desprezível e o Brasil, formado por signos eminentemente burocráticos, signos que continuam a defini-lo e a dominá-lo, bem merecia um esforço dessa natureza. Contudo, penso que exista, na fonte desse ensaio, uma insanável inversão de perspectivas: é que o sr. Raymundo Faoro toma o estamento burocrático como causa dos fenômenos que examina, quando tudo nos inclinaria a pensar que ele próprio é uma consequência de condições sociológicas e históricas determinadas (MARTINS, 1959, p. 2).

Martins passa, então, a apresentar as “condições sociológicas e históricas” decisivas para a compreensão das instituições políticas brasileiras – o que ocupa a maior parte de seu texto. Para ele, há um descompasso fundante para adequada compreensão da história da colonização do Brasil, assim como de suas consequências após o processo de independência – e, por derivação, da compreensão da importância do patronato político nesse longo processo histórico. O erro de Faoro estaria “em ignorar a ‘idade’ sociológica do Brasil por ocasião da descoberta e sua ‘personalidade’ sociológica logo em seguida” (MARTINS, 1959, p. 2). Ancorado numa concepção evolucionista da história social, o crítico propõe que “Portugal viu-se obrigado a transportar para a Colônia as suas próprias condições administrativas – mas as condições peculiares de uma terra ainda virgem, que mal saiu do neolítico, deveriam, forçosamente,

¹⁰ Alusão ao estudo do autor montenegrino Milovan Djilas, **A nova classe: uma análise do sistema comunista** [*Nova klasa. Kritika savremenog komunizma*], publicado em 1957.

introduzir, naquelas concepções, uma certa refração” (MARTINS, 1959, p. 2).

Dessa concepção de história que vislumbra um único caminho a ser percorrido, o crítico infere que “o ‘feudalismo’ brasileiro, ou luso-brasileiro” (1959, p. 2) é um período histórico objetivamente válido – e, em sua concepção, não poderia deixar de sê-lo. A questão estaria em compreender as diferenças do feudalismo luso-brasileiro em relação àquela “encarnação histórica mais típica” (MARTINS, 1959, p. 2). Não havia aqui, relações feudais fundadas em “relações fraternais com direitos desiguais, com deveres de fidelidade recíproca [...] – rigorosamente delimitados, fundados na honra cavalheiresca” (FAORO, 1958, p. 65). Isso deriva, segundo Martins, de que “o colonizador português procurou integrar-se na idade sociológica do Brasil, que era diferente de sua idade sociológica de português” (1959, p. 2). Daí, a característica distintiva do feudalismo luso-brasileiro estaria em ser um feudalismo outorgado. Ele conclui que “basta verificar [...] a natureza e a extensão dos poderes conferidos aos donatários [...] para que a sua fisionomia feudal se manifeste de maneira inequívoca” (MARTINS, 1959, p. 2). Não se trata, para o crítico, de mera inadequação terminológica. Ele sustenta que a assimetria entre o que chama de ‘tempos sociológicos’ na metrópole e na colônia implica em uma igual diferença entre a administração na metrópole – burocratizada – e na colônia – feudal. Com isso, a tese faoriana da transposição do estamento burocrático de Portugal para o Brasil seria invalidada.

Na continuação da resenha, Wilson Martins apresenta a ideia de que a elite dirigente foi responsável por constituir a unidade e a identidade nacional. Em seus termos, Faoro estuda o estamento burocrático “*in vitro*” e, com isso, ignora o “papel sociológico por ele desempenhado” (MARTINS, 1959, p. 2). Para ele, o

‘estamento burocrático’ não foi apenas um grupo de arranhadores de papel ou de parasitas alimentados pelo Tesouro: ‘organizando’ vida pública brasileira – quaisquer que sejam as críticas que sua ‘maneira’ nos ins-

pire – ele lhe deu ‘organicidade’, criou nação, quero dizer, conferiu-lhe sentimento de unidade e personalidade sem o qual um povo não pode existir. O caráter das instituições públicas resultou, forçosamente, do conjunto de condições históricas e sociológicas a que acima me referi, mas a existência dessas instituições, tal como foram e não outras, diferentes, é que deu ao Brasil sua qualidade. O estamento burocrático exerceu, assim, uma função construtiva que não se confunde com as suas tarefas propriamente profissionais ou políticas: ele foi um cimento, um aglutinador da nacionalidade (MARTINS, 1959, p. 2).

A análise de **Os donos do poder** converge – ao contrário do que sugere o crítico – com esta ideia. A reação centralizadora que foi, segundo Faoro, responsável por reorganizar a política brasileira após o processo de independência serve como uma das ilustrações possíveis para essa tendência. A reação “monárquica, centralizadora e burocrática” (FAORO, 1958, p. 165) foi responsável por combater as tendências liberais, tanto de um ponto de vista que envolvia a dispersão das forças políticas liberais e a aniquilação bastante violenta de “revoltas, motins e revoluções” (FAORO, 1958, p. 165) que pipocavam no país durante o primeiro reinado (1822-1831) e o período regencial (1831-1840), quanto da retirada paulatina do arcabouço jurídico de inspiração liberal que restara na Constituição de 1824 (cf. FAORO, 1958, p. 109-110 e p. 156-173).

É importante destacar que não se trata de tomar o liberalismo como uma doutrina abstrata e unívoca, mas em suas manifestações históricas nas disputas políticas brasileiras. No caso do processo de independência, trata-se de um pensamento que aglutina “senhores territoriais” (FAORO, 1958, p. 128), que – enquanto classe dominante – lutavam pela manutenção de seus interesses econômicos¹¹. É, nesse sentido, “um pacto entre iguais, baseado em um catálogo de direitos” (FAORO, 1987, p. 39). Seu caráter liberal reside na recusa ao absolutismo. Não há, contudo, uma

¹¹ Em texto posterior, Faoro nomeia esse liberalismo senhorial como liberalismo da “transação” ou da “conciliação” (FAORO, 1987, p. 34).

defesa radical das liberdades individuais. É um liberalismo que tolera, sem “nenhum constrangimento” a “escravidão” (FAORO, 1987, p. 39). Mais que isso, deseja a proteção ampla dos direitos de propriedade – aí inclusa a propriedade de escravos. O autor entende, por fim, que essa leitura senhorial do liberalismo, “que veio das capitâneas, continuará a fluir como corrente subterrânea, pressionando para vir à tona, e logrando vitórias incompletas, como a Independência, a Abdicação e a República” (1958, p. 128).

De todo modo, interessa que a reação conservadora “corporificava os desejos de ordem e tranquilidade” (FAORO, 1958, p. 165) e serviu – com seu programa centralizador - para a manutenção da unidade do Estado brasileiro em torno da Monarquia. Esta, por sua vez, “significava a categoria social que a sustentava: o rígido estamento que se consolidara nos quatro séculos de realeza em Portugal” (FAORO, 1958, p. 165).

A discordância entre Faoro e seu crítico se dá nesse ponto. Wilson Martins entende – como vimos acima – que o estamento burocrático é responsável pela unidade nacional. Para Faoro, este estrato social pode ser responsável, tão somente, pela coesão do Estado. Em seus termos, temos que “o poder minoritário, que o estamento apropria em caráter privilegiado e monopolístico, não emana da nação. Ele a preforma, constituindo o próprio Estado” (FAORO, 1958, p. 44). A formação de uma unidade nacional foi, sistematicamente, barrada ao longo da história brasileira. Este movimento, de ajuste das relações sociais de “cima para baixo”¹², dos donos do poder impondo-se sobre a sociedade civil, é o que marca a tônica da análise faoriana. No mesmo sentido, os liberais conciliadores apontavam, tão somente, para o que Faoro chama de “elemento nacional” – que não se apresenta como “um pensamento nacional, de um país como nação” (1976, p. 38), mas como um conjunto não homogêneo de ideias que visava romper com o domínio do estamento burocrático.

¹² Os termos são de Faoro.

4.

No **Prefácio à segunda edição** de **Os Donos do Poder**, Faoro agradece a um leitor particular de seu texto: Guilhermino Cesar, “que, ainda em Porto Alegre, no carinhoso convívio de muitos anos, discutiu as hipóteses e suscitou questões novas, franqueando-me sua biblioteca para o estudo e a pesquisa” (2021, p. 24). À Cesar, Faoro poderia agradecer, também, uma resenha bastante generosa de seu livro, publicada um mês depois da crítica de Wilson Martins, no mesmo **Suplemento Literário**. Nela, depois de uma breve apresentação do autor, Guilhermino Cesar passa à discussão do texto, buscando destacar pontos que ele entende inovadores.

Em seus termos, o ensaio é “uma obra diferente, na intenção, no arcabouço e na forma” (1959, p.4). Seria assim, segundo o crítico, porque as análises que estudavam as relações de poder através de seu aspecto institucional (ele cita Oliveira Viana como exemplo privilegiado) não colocavam luz na compreensão das bases sociais que sustentam e tornam “cada dia mais fundo o divórcio entre povo e dirigentes” (CESAR, 1959, p. 4) Nessa questão, Cesar entende que o texto de Faoro

enriqueceu bastante a pesquisa já iniciada, não só examinando os fatos econômicos e financeiros como a própria legislação comum, e descobrindo, aqui e ali, ângulos então inexplorados da nossa realidade histórica. O método empregado produziu bons frutos: as fragilidades intrínsecas do nosso regime democrático aparecem nesse livro em sua melancólica nudez (1959, p. 4).

O resenhista enaltece, na sequência, as qualidades de uma análise histórica de longa duração para a compreensão do problema analisado por Faoro. A persistência do estamento burocrático através dos séculos na monarquia portuguesa, bem como a transferência de estruturas administrativas da metrópole para a colônia ocupam a maior parte da resenha. Concluindo sua

análise, Guilhermino Cesar diz que “do choque entre estamento e classe, poder de mando e poder econômico, estado e nação, governo e povo, que tem sido nosso drama coletivo, nasceram, segundo Raymundo Faoro, os principais equívocos do processo histórico nacional, estando o Brasil, ainda hoje, sujeito ao domínio do patriciado”. Continua ele, com a pergunta “que devemos fazer, em face a tudo isso?”, ressaltando que “o autor, prudentemente, não nos propõe soluções. Mas o diagnóstico da crise está feito” (CESAR, 1959, p. 4).

Como vimos, estes dois textos que, na imprensa, analisam o ensaio de Faoro com maior vagar foram, ambos, publicados num diário paulistano. No caso dos acadêmicos que primeiro se dedicam a discutir as teses faorianas, a cidade de São Paulo é – igualmente – lócus privilegiado. Os diálogos iniciais com **Os donos do poder** são propostos por cientistas sociais sediados na Universidade de São Paulo.

5.

Em outubro de 1959, foi promovido pelo Centro Latino Americano de Pesquisas de Ciências Sociais um seminário internacional intitulado **Resistências à mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento**. Na sessão dedicada aos **Obstáculos institucionais ao desenvolvimento econômico** (CLAPCS, 1960, p. 169-216), Mário Wagner Vieira da Cunha – professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo – toma como objeto central para sua exposição sobre o tema o ensaio de Raymundo Faoro.

Cunha inicia sua exposição propondo uma discussão conceitual sobre a burocracia – em interlocução com as categorias weberianas sobre o tema. O ponto de passagem de Weber para Faoro na exposição de Cunha é a estratificação social. Ele introduz a discussão sobre **Os donos do poder** dizendo que “numa análise recente da organização política brasileira, Raymundo Faoro, largamente apoiada em Max Weber e Mosca, chega, ao menos para o setor público, à conclusão de que vivemos sob o pleno domínio

do ‘estamento burocrático’” (CUNHA, 1960, p. 199) para, logo em seguida, afirmar que “a análise de Faoro [...] necessita de uma séria correção de ordem metodológica” (CUNHA, 1960, p. 200). O grande problema, para ele, estaria na forma pela qual Faoro define conceitualmente os estamentos sociais. Propondo uma acepção funcionalista – e, neste caso, mais próxima do uso leigo do termo – Cunha sustenta que

faltou, em todo esse esforço de caracterização do estamento, a nota essencial que nos permitirá compreender a sua função social. Numa dada sociedade, se excluem a organização de classe e a de castas, na medida em que uma e outra dão a linha mestra de toda a sociedade. O estamento, por outra, não exclui a organização de classe, nem a de casta. Pode coexistir igualmente com uma sociedade de classe, ou com uma sociedade de castas. Nem por isso, porém, confunde-se com os grupos sociais menores da sociedade, cuja caracterização se faz por individuação, ou seja, de destaque em relação a outros grupos sociais semelhantes. O estamento, como a classe ou a casta, participa do caráter de grupo máximo de toda a sociedade, neste sentido de que, como a classe, ele se compreende, não em relação a outros grupos menores. É, como lembra Freyer, um grupo de cúpula; compreende-se acobertando ou servindo a toda a sociedade. Mas, esta caracterização do estamento não se esclarece se não deixarmos estabelecido, de início, o fato de que o estamento não exclui, ao contrário, prevê a existência das classes ou castas em que, fundamentalmente, se arquiteta a sociedade (1960, p. 201).

Como decorrência, Cunha conclui que “é ilusória qualquer tentativa de análise do estamento social, como o procurou fazer Faoro, que empreste a esse segmento social uma condição de autonomia e de poder que não tem, nem por sua natureza procura ter” (1960, p. 202). Seria assim, segundo Cunha, porque o Estado não pode prescindir – para o exercício de suas competências administrativas – de “uma burocracia civil ou militar, mais ou

menos definida e disciplinada” (1960, p. 202). No mesmo sentido, diz ele, a “substituição de uns indivíduos por outros, nas posições de liderança”, resultante de conflitos no interior do corpo burocrático, se faz “sem quebra do sistema estrutural, sem prejuízo do sistema estrutural, sem prejuízo das relações entre estamento e as classes dominantes” (CUNHA, 1960, p. 202).

Há certo descompasso entre as proposições de Cunha e as do autor com que ele dialoga. O domínio do estamento burocrático não implica que ele seja uma forma social estanque, nem – tampouco – que ele se confunda com a burocracia estatal. Esta é para Faoro “o aparato da máquina governamental, o quadro administrativo” (FAORO, 1958, p. 261) que existe em qualquer forma de governo. Nesse sentido, “não basta que o Estado confie as tarefas funcionais de governo a um grupo [...] para que se afirme o estamento [burocrático]. Além da diferenciação funcional, tem ele uma diferenciação social, agindo como comunidade e dispondo do monopólio do poder político” (FAORO, 1958, p. 261-262). Também a mobilidade social não é alheia à organização estamental da sociedade. Pelo contrário, a expulsão de dissidentes e o recrutamento de novos quadros é fundamental para a permanência no tempo do estamento burocrático – bem como para a manutenção de uma ética¹³ específica de explicação do mundo que justifica o domínio desse estrato social.

6.

Também professor da Universidade de São Paulo, Fernando Henrique Cardoso envereda – em sua tese de doutoramento em Sociologia, apresentada em 1961 – num debate com aspectos da interpretação histórica proposta por Faoro. Ainda que não haja citação direta do ensaio, Cardoso elenca **Os donos do poder** entre

¹³ Referindo-se aos fundamentos morais da dominação do estamento burocrático, Faoro toma como equivalentes os termos ‘concepção de mundo’ (1958, p. 24), ‘concepção de vida’ (1958, p. 227), ‘ideologia’ (1958, p. 227) e ‘ética de vida’ (1958, p. 268).

as obras consultadas sobre a “formação da sociedade brasileira” (1962, p. 319). O patrimonialismo como forma de regulação das relações sociais aparece em vários momentos da análise. Em sua caracterização “do tipo de dominação que se desenvolveu no Rio Grande do Sul” e da “significação que a forma de autoridade legítima e os padrões estruturais de ação possuem para a investigação do sistema de relações entre senhores e escravos” (CARDOSO, 1962, p. 82), o autor propõe que a sociedade rio-grandense organizava-se, no século XIX, “nos moldes de uma estrutura patrimonialista” (CARDOSO, 1962, p. 83) – com as posições polares da estrutura social marcadas por “formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação”, sendo que “a compatibilidade entre as expectativas era assegurada pelo exercício violento e arbitrário da autoridade” (CARDOSO, 1962, p. 83). Este arranjo patrimonialista é resultado de um equilíbrio bastante frágil decorrente do desenvolvimento de formas autocráticas de dominação durante o período colonial. Por conta das características geográficas da região, as populações riograndenses estavam constantemente expostas a saques, guerras, guerrilhas e disputas fronteiriças. Nesse contexto, tanto entre as camadas militares quanto na camada senhorial civil, o “apelo ao arbítrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no sul que a violência e a falta de respeito às normas formalmente estabelecidas contavam como componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social” (CARDOSO, 1962, p. 84). O poder de mando dos chefes locais “encontrava limites apenas na força dos outros chefes e do Estado – nos momentos e nas regiões em que este se fez presente” (CARDOSO, 1962, p. 91), e o exercício da autoridade fazia-se através da violência e do arbítrio. Na explicação do autor, esse violento contexto de regulação autocrática das relações sociais se mantém ao longo do século XVIII.

Somente na virada para o século XIX, a ordem social passa a se reorganizar, com a distribuição de sesmarias. Na distribuição de terras com o objetivo de ocupar a região, a autoridade real (através dos capitães-gerais) passa a se fazer mais presente. Reproduz-se,

na escala local, o processo de distribuição de prebendas que caracteriza a formação do Estado patrimonialista em Portugal e, com isso, as relações sociais pautadas pela dominação autocrática desenvolvem-se no sentido da formação de um arranjo senhorial-latifundiário. Para a explicação desse processo, a caracterização do funcionamento da administração da Coroa portuguesa por Cardoso é bastante próxima aos termos de Faoro: na concessão das sesmarias “as qualidades requeridas para a confirmação da outorga eram [...] a astúcia, [...] a condição de membro de uma parentela, [...] a proteção do capitão-geral” (CARDOSO, 1962, p. 99). Ou, noutros termos, a “posição decisiva do chefe local [...], o **favoritismo do Poder Real** e os instrumentos de coerção deste mesmo Poder foram decisivos para a formação das fortunas e a inserção de seus possuidores na estrutura política e social do Rio Grande” (CARDOSO, 1962, p. 105, grifo nosso).

De modo mais detalhado, esse processo é descrito pelo autor da seguinte forma:

era impossível, na estrutura patrimonialista, tentar definir normas que implicassem a ideia de um **dever objetivo** para reger a distribuição dos bens e dos direitos pertencentes à Coroa. A subordinação puramente pessoal ao **senhor**, ou a quem lhe faz as vezes, impera como critério fundamental para a distribuição prebendaria e para concessão de **benefícios** nas estruturas patrimonialistas. A distribuição dos **cargos** necessários para a arrecadação dos tributos para a fazenda real, por exemplo, seguia os mesmos critérios (1962, p. 102-104, grifos do autor).

Para delimitar conceitualmente a ideia de ‘estrutura patrimonialista’ apresentada acima, o autor empreende uma reconstrução de seu entendimento da teoria weberiana. Vale notar que, nesse processo, a caracterização das formas tradicionais de dominação (patriarcalismo, patrimonialismo prebendário, patrimonialismo estamental e feudalismo) proposta por Cardoso é adequada. Contudo, ele sustenta que não pretende tomar esses

termos com a validade de tipos-ideais weberiano. Nesse processo, retira-se grande parte da capacidade explicativa dos tipos-ideais, que passam a ser tomados como conceitos classificatórios. Nas implicações dessa escolha, também a forma pela qual o autor rejeita a possibilidade de uma ‘estrutura feudal da sociedade gaúcha’ merece destaque. Segundo ele, há uma série de questões que – no sistema classificatório adotado por ele – afastam a sociedade rural gaúcha do feudalismo: o regime de propriedade da terra em oposição às relações tradicionais de vassalagem e uma orientação dos indivíduos para as atividades econômicas em contraste às formas cavaleirescas de condução da vida.

Há, neste aspecto, uma confluência com o diagnóstico de Raymundo Faoro: a recusa do feudalismo é importante para a compreensão da relação entre a economia local e a inserção do Brasil (como Colônia e, depois, como Império periférico) no desenvolvimento do capitalismo. Para Cardoso, a concessão de terras, favores e cargos pelo Estado Patrimonial Português firmou “as bases para o desenvolvimento da sociedade latifundiária, escravocrata e pastoril do Rio Grande do Sul” (1962, p. 119) – que, segundo o autor, organizava-se, politicamente, de modo patrimonial-patriarcal e, economicamente, colocava-se como importante fornecedor de insumos para as produções monocultoras para exportação das capitâneas ao norte.

Conclusão

Em 1975 – quando em meio “as brumas do autoritarismo” (RICUPERO, 2008, p. 158) vem a lume a segunda edição de **Os Donos do Poder** – o ensaio parecia ser “capaz de dotar de inteligibilidade a ação de um dos setores do que Faoro chama de estamento burocrático: as forças armadas” (RICUPERO, 2008, p. 158). A radical mudança no contexto político brasileiro é um dos vários condicionantes sócio-históricos para a edição definitiva de **Os donos do poder** tenha sido alçado ao cânone do análise histórica sobre o Estado brasileiro.

Resta claro, contudo, que o texto de 1975 não foi uma inesperada surpresa. Os dados aqui apresentados – centrados numa articulação entre a obra e alguns de seus leitores – mostram que o ensaio de Faoro encontrou alguma ressonância antes da publicação de sua edição definitiva. Para além das discussões focalizadas em São Paulo que foram arroladas acima, pensar a produção científica – ao longo dos anos 1960 – dos pesquisadores vinculados ao curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais pode apontar pistas que ajudem a entender os debates em torno da primeira edição do ensaio; a interpretação institucionalista da política proposta por esse grupo de pesquisadores ancora-se, entre outras, na análise faoriana. Também textos de Carlos Guilherme Mota e Fábio Konder Comparato publicados na primeira metade de 1970 ajudaram a pavimentar o caminho de sucesso editorial do texto definitivo de **Os Donos do Poder**.

É possível, ainda, notar que as críticas à primeira edição impactam – de algum modo – no texto definitivo. Sem que haja referência nominal, Faoro afirma **Prefácio à segunda edição** que “a perplexidade que alguns leitores da primeira edição demonstraram, ante uma terminologia aparentemente bizarra, estará atenuada, neste novo lançamento” (2021, p. 23). Seria assim, porque, “os conceitos básicos – patrimonialismo, estamento, feudalismo, entre outros – estão fixados com maior clareza, indicada a própria ambiguidade que os distingue, na ciência política” (FAORO, 2021, p. 23). Mais adiante no texto – amplamente ancorado nos desenvolvimentos da historiografia – procura sustentar que teses que geraram questionamentos tornaram-se “contemporaneamente – **lugar-comum**” (FAORO, 2021, p. 711)¹⁴.

O processo histórico aqui narrado pode ser tomado como um exemplo empírico de um tema fundamental da sociologia: a forma pela qual as Ideias fazem, numa relação dialética, a História. As demandas históricas interpelam autores e obras e, concomitantemente, autores e interpretações impactam o curso

¹⁴ Sobre o mesmo tema, Faoro diz que procura esclarecer objeções de “um crítico [...] ignorante da polemica em torno do assunto” (FAORO, 2021, p. 723).

dos processos históricos. Assim, para além de uma explicação diretamente ligada à historiografia das ideias, estudar as articulações entre autores, obras e leituras ajuda a compreender dinâmicas de adesão, recusa, questionamentos e afirmação de interpretações do mundo social, num processo que acaba por alargar o horizonte dessas interpretações.

Referências

ALCÂNTARA, P. A. F. de. Os gestos da escrita nos diários de Raymundo Faoro (Porto Alegre, 1943-1946). **Anuário Antropológico**. Brasília, v. 47, n. 3, 2022.

BARATA, M. S. Apontamentos de fim de ano. **Suplemento literário**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 21/02/1959.

CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, 2003.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difel, 1962.

CESAR, G. *Os donos do poder*. **Suplemento literário**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 23/05/1959.

CLAPCS - Centro Latino Americano de Pesquisas de Ciências Sociais. Anais do seminário internacional "Resistências à mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento", Rio de Janeiro, 1960.

COHN, G. Persistente enigma in: FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

Correio da Manhã. Livros da Semana. **Correio da Manhã**. Primeiro Caderno. Rio de Janeiro, 27/03/1959.

CUNHA, M. W. V. da. Resistência da burocracia às mudanças sociais, no setor público e no setor privado in: Anais do seminário internacional “Resistências à mudança: Fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento”, Rio de Janeiro, 1960.

Diário de Notícias. Escritores e livreiros destacam fatos literários de maior repercussão do ano, **Diário de Notícias**. Porto Alegre, 04/01/1959.

Diário do Paraná, Letras e artes. **Diário do Paraná**. Curitiba, 18/01/1959.

DEMENEZES, E. *Notícias de Porto Alegre*. **Leitura**, Rio de Janeiro, n. 10, abril, 1958.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

FAORO, R. Existe um Pensamento Político Brasileiro? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 1, n. 1, 1987.

FAORO, R. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021 [1975].

FARIA, J. E. Prefácio in: FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

FERREIRA, G. N; RICUPERO, B. Vinho novo em odres velhos: continuidade e mudança em os donos do poder in: BASTOS, E. R.; BOTELHO, A; VILLAS BÔAS, G. (orgs.). **O moderno em questão**: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

LORENZOTTI, E. **Suplemento literário, que falta ele faz!**: 1956-1974 : do artístico ao jornalístico, vida e morte de um caderno cultural. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

MARTINS, W. A velha classe. **Suplemento literário**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 25/04/1959.

MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

RICUPERO, B. **Sete Lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

SCHWARTZMAN, S. Atualidade de Raymundo Faoro. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003.

ZILBERMAN, R. **A literatura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.